

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial, aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório de Administração referente ao primeiro semestre de 2020 – acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A Empresa

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. O negócio do banco é prover soluções financeiras para o investimento produtivo, gerenciar fundos e prestar serviços para Estado e municípios. Possui a missão de promover o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.

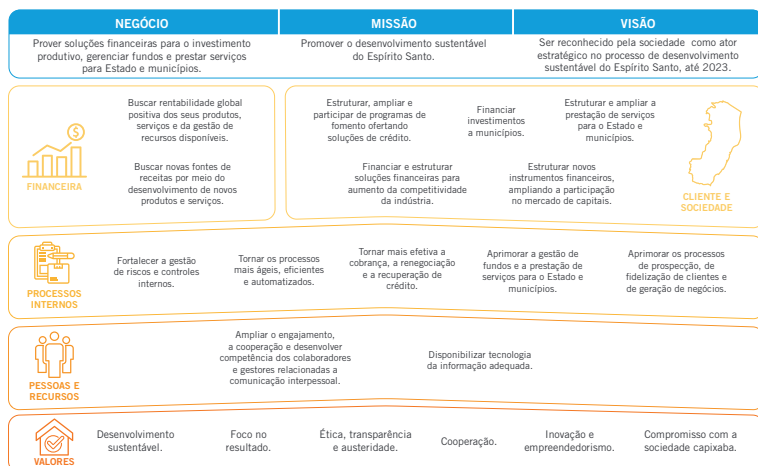
Mapa Estratégico 2019 / 2023


IMAGEM 1: Mapa Estratégico – BANDES 2019-2023

2. Finanças

O patrimônio líquido alcançou R\$ 250,8 milhões, aumento de 14,2% em relação a dezembro de 2019, em função do resultado líquido positivo obtido no 1º semestre de 2020 e do processo de aumento de capital em curso.

No primeiro semestre, o BANDES registrou lucro líquido de R\$ 11,7 milhões, decorrente, sobretudo, da forte redução de 66,1% da despesa líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) e redução de 40% nas despesas administrativas, comparativamente, entre os primeiros semestres de 2019 e de 2020. Destaca-se também o desempenho das rendas de aplicações financeiras que se mantiveram num patamar próximo ao de 2019 mesmo com a queda na taxa básica de juros, a SELIC.

A inadimplência da carteira de crédito do BANDES caiu de 11,7%, em dezembro/2019, para 9,7%, em junho de 2020. Consequência da reclassificação de operações de crédito feita em 2019, conforme Resolução CMN nº 2.682/99, do aumento de operações baixadas para prejuízo da carteira de crédito ativa do banco e também da qualidade da carteira de crédito que o banco vem conquistando.

Vale destacar o esforço do BANDES na renegociação e na recuperação de créditos. O Banco encerrou o 1º semestre com 36,8% do saldo da carteira ativa renegociado. Fruto, entre outras ações, da terceirização parcial da cobrança extrajudicial. Outro ponto positivo nesse aspecto está expresso na despesa líquida de PCLD, que encerrou o 1º semestre em R\$ 12,8 milhões, valor bem inferior aos R\$ 37,8 milhões verificados em junho/2019.

Por fim, na perspectiva financeira, deve-se esclarecer que, embora o Índice de Basileia do BANDES esteja em níveis superiores aos limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), o banco tem desenvolvido ações para captação de recursos. Nesse sentido, salienta-se a captação de recursos do Tesouro Estadual via emissão de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no valor de R\$ 80,0 milhões e a autorização da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), órgão colegiado do Ministério da Economia, para negociação com o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de empréstimo no valor de US\$ 30,0 milhões.

3. Clientes e Sociedade

No primeiro semestre, o investimento total liberado alcançou R\$ 370,5 milhões – valor 20,7% superior ao verificado em junho/2019, compreendendo:

- R\$ 75,1 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 262,2 milhões em operações de crédito com risco de fundos, inclusive FUNDAP;
- R\$ 33,2 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Programa Reforestar, FUNCITEC, Funsaf e Fundação Renova/Saneamento Prefeituras.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 723,9 milhões, retração de 23,2% em relação a junho de 2019, em função da aceleração de créditos inscritos em prejuízo. Vale frisar que as diretrizes para a diversificação dessa carteira vêm dando resultados positivos: por exemplo, apenas 1,8% do montante de créditos liberados neste semestre foi para a atividade agrícola (que representa cerca de 70% da carteira de crédito do banco) e, portanto, 98,2% desse montante foi para setores como comércio, serviços, indústria e administração pública.

Outra mudança importante de diretriz está relacionada ao ticket médio das operações de crédito. O ticket médio das operações de crédito do BANDES, inferiores a R\$ 200 mil até 2019, passou a ser de R\$ 1,1 milhão neste primeiro semestre.

Destaca-se a criação pelo governo estadual de dois fundos sob a gestão do BANDES. O primeiro foi o Fundo Reconstrução ES, com aporte de R\$ 15,0 milhões, cujo objetivo é oferecer crédito para microempreendedores e empresas de micro, pequeno e médio portes economicamente atingidos por fortes chuvas ocorridas no início deste ano. O segundo fundo criado foi o Fundo de Aval BANDES, com aporte de R\$ 20,0 milhões, cuja finalidade é garantir o risco de crédito das operações do BANDES e de instituições financeiras habilitadas, para empréstimos a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, autônomos, cooperativas de agricultura familiar capixaba, sindicato de agricultores familiares e associações de pequenos agricultores familiares, associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como associações de pescadores profissionais artesanais e aquicultores.

É importante apontar o apoio do BANDES às empresas afetadas pela crise sanitária, econômica e social causada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). O atendimento às empresas começou em abril e em cerca de três meses foram liberados quase R\$ 50,0 milhões.

Na gestão da carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs), no 1º semestre de 2020, o BANDES formalizou compromisso de investimento de R\$ 5,0 milhões em mais um fundo Seed Capital, o FIP Anjo. Trata-se de um fundo de investimento do BNDES dedicado às *startups*. O foco do FIP Anjo são companhias dos setores de agnegócios, biotecnologia, cidades inteligentes, economia criativa, saúde e tecnologia da informação e comunicação (TIC). Desse modo, a carteira de FIPs do banco representa um valor comprometido de R\$ 30,0 milhões, com a participação do BANDES no FIP Criatec3 e do FUNDES nos FIPs Primathec, FIP Seed4Science e no FIP Anjo.

Na base do apoio à cultura da inovação, tem-se o Epicentro, que permanece como um hub de conexões. O espaço cria um ambiente propício para reuniões criativas e o desenvolvimento de atividades com foco, principalmente, na disseminação de inovação e novas soluções. No início do ano foi lançado o site específico do hub (<https://epicentro.es.gov.br/>), que aproxima o espaço do público em geral e divulga suas ações.

No que tange a concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), o BANDES está atuando com o Governo Estadual em dois projetos:

- PPP Usina Solar Fotovoltaica, cujo escopo do projeto é desenvolver estudos e modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a contratação de Parceria Público-Privada para implantação, operação e manutenção de Usina Solar Fotovoltaica; além de auxiliar a Administração Pública no processo licitatório participando na criação do edital, termo de referência e demais documentos necessários, bem como no apoio aos possíveis questionamentos que possam surgir quanto ao Edital;

- PPP para a Prestação dos Serviços de Gestão, Operação e Manutenção da Cozinha Industrial, responsável pelo abastecimento da alimentação das unidades prisionais do Estado do Espírito Santo. Poderá abranger, ainda, outros serviços

identificados como sinérgicos para o parceiro público e privado, tais como educação, limpeza, manutenção de instalações prisionais, entre outros.

4. Gestão de Riscos

A Carteira de Crédito do Bandes encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 723,9 milhões, sendo composta por 68,9% de contratos classificados nos níveis de risco AA-C. Nesse período, houve a recuperação de R\$ 13,8 milhões de créditos inscritos em prejuízo. A inadimplência acima de 90 dias encerrou o semestre em 9,7% e o risco médio da Carteira, indicador que relaciona o saldo de provisão com a carteira de crédito, foi de 20,0%.

Em relação à participação das atividades econômicas na Carteira de Crédito Total, merece destaque a redução contínua da participação da cultura de café: em junho de 2017 era de 45,6%, passando para 41,9%, em junho de 2018, 40,2%, em junho de 2019 e 37,6%, em junho de 2020.

Cabe destacar também algumas ações importantes:

i) Finalização do Projeto *Compliance*, com a reestruturação dos Normativos da Instituição, que passaram a ser denominados de Instrumentos de Governança Corporativa e disponibilizados em ambiente Wiki;

ii) Alteração da matriz de crédito e risco de concessão de financiamento no BANDES, com a finalidade de torná-la mais objetiva e assertiva para análise de crédito.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2020 com 171 colaboradores. Em termos de gestão de pessoas, as seguintes ações se destacam:

i) Finalização do processo de implantação do novo *software* de Gestão de Pessoas. Em relação ao e-Social, o BANDES está cumprindo em dia as exigências da legislação;

ii) Em função da pandemia, o Banco desenvolveu ações para preservar a saúde de seus colaboradores nas suas instalações, com higienização rigorosa, disponibilidade de álcool gel, distribuição de máscaras e implantação temporária do *home office*;

No campo administrativo, sobressaem-se as seguintes ações:

iii) Credenciamento de 24 avaliadores de imóveis, aperfeiçoando o controle desse processo e reduzindo prazos de entrega de laudo de avaliação de imóveis;

iv) Credenciamento de 44 escritórios de advocacia e de 49 empresas para cobrança judicial e extrajudicial, respectivamente;

v) Contratação de serviços para realização de leilões de bens imóveis e móveis, por meio eletrônico;

vi) Credenciamento de 14 corretores no 1º semestre de 2020 para auxiliar nas vendas diretas dos bens não-de-uso, e com a possibilidade de credenciamento de mais corretores dependendo da demanda e do interesse do mercado.

6. Principais Indicadores de Desempenho

INDICADORES	12.2019	06.2019	06.2020	Variação %
		A	B	B/A
OPERACIONAIS				
1. Investimento total liberado (R\$ mil)	641.514	307.005	370.555	20,7
2. Saldo de operações de crédito (R\$ mil)	813.375	942.906	723.900	(23,2)
3. Nº de contratos ativos	33.542	36.682	29.408	(19,8)
4. Nº de clientes ativos	21.483	23.332	18.871	(19,1)
FINANCEIROS				
1. Lucro/prejuízo líquido (R\$ mil)	(209.203)	(20.862)	11.783	156,5
2. Patrimônio líquido (R\$ mil)	219.620	406.267	250.843	(38,3)
3. Índice de inadimplência*	11,7	11,9	9,7	(18,5)
4. Despesa líquida de PCLD (R\$ mil)	(160.054)	(37.800)	(12.848)	(66)

*Atraso a partir de 90 dias / saldo da carteira (%)

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável - uma construção coletiva - aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Bandes declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL – EM REAIS MIL

ATIVO	Nota	06.2020	12.2019
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	561	447
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.266.244	1.306.455
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	238.383	189.465
Títulos e Valores Mobiliários	6	295.127	294.342
Operações de Crédito	7	723.944	813.375
Outros Instrumentos Financeiros	8	8.790	9.274
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO	7.e	(145.227)	(220.336)
OUTROS ATIVOS	9	25.606	18.811
INVESTIMENTOS	10	38	38
IMOBILIZADO DE USO	11	14.015	14.066
INTANGÍVEL	12	52.613	51.576
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	13	(56.842)	(56.232)
TOTAL DO ATIVO		1.157.008	1.114.826

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO	Nota	06.2020	12.2019
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		852.751	858.819
Instituições Financeiras	14	546.483	593.210
Outros Clientes	15	110.583	27.642
Outros Instrumentos Financeiros Passivos	16	195.685	237.967
PROVISÕES		18.589	17.818
Contingências	17	18.589	17.818
OUTROS PASSIVOS		34.825	18.569
Outros Passivos	18	34.825	18.569
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	250.843	219.620
Capital:			
- De Domiciliados no País		419.219	419.219
- Aumento de Capital		20.151	-
Reserva de Capital		11.639	11.639
Outros Resultados Abrangentes		982	1.694
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(187.071)	(198.855)
(Ações em Tesouraria)		(14.077)	(14.077)
TOTAL DO PASSIVO		1.157.008	1.114.826

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EM REAIS MIL

DESCRIÇÃO DA CONTA	NOTA	06.2020	06.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		48.877	58.427
Operações de Crédito		35.938	44.229
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		12.939	14.198
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(21.446)	(49.540)
Operações de Captação no Mercado		(706)	(89)
Operações de Empréstimos e Repasses		(7.893)	(11.651)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		(12.848)	(37.800)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		27.430	8.887
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(15.485)	(24.053)
Receitas de Prestação de Serviços	29.b	6.017	5.243
Rendas de Tarifas Bancárias		1.342	831
Despesas de Pessoal	29.c	(17.747)	(20.140)
Outras Despesas Administrativas	29.d	(4.212)	(7.022)
Despesas Tributárias	29.e	(2.120)	(2.412)
Outras Receitas Operacionais	29.f	2.418	2.730
Outras Despesas Operacionais	29.g	(1.183)	(3.283)
RESULTADO OPERACIONAL		11.945	(15.166)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	29.h	(161)	(763)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		11.783	(15.929)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.k	-	(4.933)
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	(4.933)
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		11.783	(20.862)
Lucro / Prejuízo por lote de mil ações - R\$		0,41	(0,76)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – EM REAIS MIL

DESCRIÇÃO DA CONTA	06.2020	06.2019
LUCRO / PREJUÍZO DO PERÍODO	11.783	(20.862)
Líquido de Resultados Não Abrangentes	(712)	-
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(1.038)	-
Impostos sobre valor justo	326	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	11.071	(20.862)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EM REAIS MIL

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA				
SALDO EM 31/12/2018	407.448	11.771	11.639	5.275	37.963	-	(32.946)	(14.077)	427.073
Aumento de capital	11.771	(11.771)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos / JCP Prescritos	-	-	-	-	56	-	-	-	56
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(20.862)	-	(20.862)
DESTINAÇÕES									
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos /JCP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 30/06/2019	419.219	-	11.639	5.275	38.019	-	(53.808)	(14.077)	406.267
Mutações do período	11.771	(11.771)	-	-	56	-	(20.862)	-	(20.806)
SALDO EM 31/12/2019	419.219	-	11.639	-	-	1.694	(198.855)	(14.077)	219.620
Aumento de capital	-	20.151	-	-	-	-	-	-	20.151
Dividendos / JCP Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TVM	-	-	-	-	-	(712)	-	-	(712)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	11.783	-	11.783
DESTINAÇÕES									
Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos /JCP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 30/06/2020	419.219	20.151	11.639	-	-	983	(187.071)	(14.077)	250.843
Mutações do período	-	20.151	-	-	-	(712)	11.783	-	31.223

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO – EM REAIS MIL

	06.2020	06.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	11.783	(15.929)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	(4.933)
Depreciações e Amortizações	665	642
Provisão para Perdas/Desvalorizações	76	2.244
Reversão de Provisões	-	-
Ajuste a Valor de Mercado TVM	(712)	-
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	11.812	(17.976)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(48.919)	24.583
Títulos e Valores Mobiliários	(785)	(18.471)
Operações de Crédito	14.036	108.600
Outros Créditos	939	(17.669)
Outros Valores e Bens	316	(40)
Outras Obrigações	(25.256)	(6.036)
Depósitos	82.941	323
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(46.726)	(68.043)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(11.642)	5.271
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	718	1.920
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(8.072)	(4.699)
Alienação de Imobilizado de Uso	59	-
Inversões em Imobilizado de Uso	(91)	(1.491)
Aplicação no Intangível	(1.009)	(638)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(8.395)	(4.908)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	20.151	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-	56
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	20.151	56
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114	419
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do Período	447	422
Fim do Período	561	841
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114	419

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em face do encerramento do 1º semestre de 2020.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular BACEN nº 3.959/19. Em sua preparação utilizou-se a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 14 de setembro de 2020.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações contábeis é efetuada em Reais (R\$), moe-

da funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Mudança na apresentação das Demonstrações contábeis

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019 foram incluídas nas Demonstrações Contábeis do BANDES. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular.

Abaixo, destacamos as principais alterações:

- As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/2019, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário;
- Os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o mesmo semestre do exercício social anterior para as quais foram apresentadas;
- Inclusão da demonstração do resultado abrangente;
- Inclusão de nota explicativa sobre análise de sensibilidade.

Apresentamos a reconciliação dos saldos apresentados com modificações de saldos ou nomenclatura em períodos anteriores como segue:

R\$ mil

CLASSIFICAÇÃO COSIF	NOTA	31.12.2019	01.01.2020	NOVA CLASSIFICAÇÃO
Disponibilidades	4	447	447	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	189.465	189.465	Instrumentos financeiros
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	294.342	294.342	Instrumentos financeiros
Operações de créditos	7	587.326	587.326	Instrumentos financeiros
Outros créditos	8	16.003	16.003	Outros instrumentos financeiros
Outros valores e bens	9	17.795	17.795	Outros ativos
Investimentos	10	38	38	Investimentos
Imobilizado de uso	11	1.482	1.482	Imobilizado de uso
Intangível	12	7.928	7.928	Intangível
Obrigações por empréstimos e repasses	14	593.210	593.210	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos / Instituições financeiras
Depósitos	15	27.641	27.641	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos / Outros clientes
Outras obrigações	16	274.354	237.968	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos / Outros instrumentos financeiros passivos
	17	-	17.818	Provisões / Contingências
	18	-	18.569	Outros passivos
Capital social	19	419.219	419.219	Capital social
Reservas de capital		11.639	11.639	Reservas
Ajuste de avaliação patrimonial		1.694	1.694	Outros resultados abrangentes
Lucros ou prejuízos acumulados		(198.855)	(198.855)	Lucros ou prejuízos acumulados
Ações em tesouraria		(14.077)	(14.077)	Ações em tesouraria

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
 - Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
 - Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.
 - Mensuração do valor de mercado – a metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.
- Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/01, a reavaliação quanto

à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

g) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

(i) Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);

(ii) A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

PERÍODO DE ATRASO	CLASSIFICAÇÃO DO CLIENTE
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior à 180 dias	H

h) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. São compostos, basicamente, por dispêndios com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 9.b)

i) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

i. Investim entos - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 10)

ii. Imobilizado - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica, como segue: edificações - 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança - 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática - 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional.

iii. Intangível - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e *softwares*, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização *software* corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,2% ao ano; demais *softwares* 60 meses - 20% ao ano.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

i. Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

ii. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas.

iii. Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, e se constituídos, devem ser suportados por estudo de capacidade de realização.

l) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

n) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No primeiro semestre de 2020 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
Moeda Nacional (caixa)	1	-
Moeda Nacional (depósitos bancários)	560	447
Disponibilidades	561	447
Depósitos Interfinanceiros *	123.919	127.197
Aplicações no Mercado Aberto*	114.465	62.268
Total	238.945	189.912

* Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil			
	Prazo de vencimento			
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 91 dias	Total
Depósitos				
Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	520	-	-	520
Empresas Não Ligadas	92.852	19.033	11.514	123.399
Aplicações no Mercado Aberto (2)	114.464	-	-	114.464
Total 2020	207.836	19.033	11.514	238.383
Total 2019	102.879	68.491	18.095	189.465

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

R\$ mil

TVM		91 a 360 dias	Acima de 360 dias	06.2020				12.2019		
				Contábil	Custo	Mercado		Contábil	Custo	Mercado
Categoria: Títulos Mantidos até o Vencimento										
LFT		3.339	37.257	40.596	40.596	40.626		94.667	94.667	94.716
LTN		-	-	-	-	-		-	-	-
NTN		-	23.230	23.230	23.230	22.558		10.891	13.372	10.891
LF	26.440	34.325	37.559	98.324	98.324	98.324		96.695	96.695	96.695
FGI		-	100	100	100	128		100	100	123
CRIATEC 3		-	3.041	3.041	3.041	3.041		2.596	2.596	2.596
Total	26.440	37.664	101.187	165.291	165.291	164.677		204.949	207.430	205.021
Categoria: Títulos Disponíveis para Venda										
LFT	13.671	8.092	-	21.763	21.766	21.764		-	-	-
LTN	11.765	-	-	11.765	11.458	11.765		20.277	19.935	20.277
NTN	-	94.827	1.481	96.308	94.826	96.307		69.116	66.635	69.116
Total	25.436	102.919	1.481	129.836	128.050	129.836		89.393	86.570	89.393
Total Geral	51.876	140.583	102.668	295.127	293.341	294.513		294.342	294.000	294.414

Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro - LFT; Notas do Tesouro Nacional - NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN - custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN é obtido a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

Títulos privados: Letras Financeiras - LF; Fundo Garantidor de Investimentos - FGI e CRATEC 3 - FIP.

a) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Ao final do 1º semestre de 2020, para aproveitar oportunidade de mercado e maximizar a gestão de caixa, apesar de não ser prática usual, devido inexistência de previsão no momento da aquisição dos papéis, foi efetuada a reclassificação de títulos públicos, da categoria "Mantidos até o vencimento" para a categoria "Disponível para venda", de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, conforme tipos e totais: Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) R\$ 68.723, Letras Financeiras do Tesouro (LFT) R\$ 21.763 e Letras do Tesouro Nacional (LTN) R\$ 1.681.

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS
COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	06.2020		12.2019	
		%		%
Empréstimos	74.175	10	62.399	8
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	105.674	13	97.218	12
Financiamentos rurais	496.614	70	605.448	74
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	41.936	6	42.562	5
Subtotal	718.399	99	807.627	99
Devedores por compra de valores e bens	5.545	1	5.748	1
Total das operações de créditos	723.944	100	813.375	100

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	06.2020		12.2019	
		%		%
10 maiores devedores	105.139	15	83.149	10
50 seguintes maiores devedores	103.765	14	92.532	11
100 seguintes maiores devedores	52.971	7	52.928	7
Demais devedores	462.069	64	584.766	72
Total das operações de crédito	723.944	100	813.375	100

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	06.2020		12.2019	
		%		%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	26.313	4	34.551	4
A vencer	697.631	96	778.824	96
Até 3 meses	110.020	15	95.635	12
De 3 meses a 12 meses	180.624	25	202.666	25
Acima de 12 meses	406.987	56	480.523	59
Total das operações de crédito	723.944	100	813.375	100

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	06.2020		12.2019	
		%		%
Setor privado	682.008	94	770.813	95
Pessoa Jurídica				
Rural	84.748	12	91.390	11
Indústria	44.655	6	45.622	6
Comércio	57.916	8	60.962	8
Outros serviços	74.773	10	51.506	6
Pessoa Física				
Rural	419.916	58	521.333	64
Setor público	41.936	6	42.562	5
Administração direta municipal	41.936	6	42.562	5
Total das operações de crédito	723.944	100	813.375	100

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

		06.2020				12.2019	
Níveis Risco	% mínimo provisão	Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	-	43.563	-	43.563	-	48.957	-
A	0,5	259.229	-	259.229	(1.297)	299.346	(1.497)
B	1	123.596	29.570	153.166	(1.541)	139.578	(1.403)
C	3	22.032	21.291	43.323	(1.326)	36.471	(1.106)
D	10	6.441	14.082	20.523	(2.112)	10.785	(1.132)
E	30	2.189	13.369	15.558	(4.762)	3.664	(1.149)
F	50	77.182	28.526	105.708	(53.420)	120.815	(61.222)
G	70	5.316	7.226	12.542	(9.184)	9.003	(8.071)
H	100	35.577	34.755	70.332	(71.585)	144.756	(144.756)
Total		575.125	148.819	723.944	(145.227)	813.375	(220.336)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	06.2020	12.2019
Saldos iniciais	(220.336)	(141.062)
Constituições Líquidas	(12.932)	(160.041)
Constituições	(24.096)	(162.618)
Reversões	11.164	2.577
Transferências para prejuízo	88.041	80.767
Saldos finais	(145.227)	(220.336)

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	06.2020	12.2019
Renegociados	92.769	39.849
Lançados a prejuízo	88.041	80.767
Recuperados	13.826	25.697

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	06.2020	12.2019
Rendas a receber (8.1)	1.115	1.386
Créditos Específicos	205	205
Devedores por depósitos em garantia	2.826	2.774
Impostos e contribuições a compensar (8.2)	3.076	4.808
Adiantamentos e antecipações salariais (8.3)	749	101
Devedores diversos (8.4)	819	-
Total	8.790	9.274

- 8.1. Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 R\$ 28 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2019); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF - Equalização de juros R\$ 1.036 (R\$ 1.334 em 31 de dezembro de 2019); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 28 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2019); Rendas a receber FUNSAF R\$ 23 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2019);
- 8.2. IRPJ e CSLL pagos a maior no exercício de 2018;
- 8.3. Adiantamento de férias R\$ 53 (R\$ 46 em 31 de dezembro de 2019); Adiantamento de 13º salário R\$ 579 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019); Adiantamento de FGTS s/ 13º salário R\$ 43 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019); Adiantamentos para pagamento nossa conta R\$ 74 (R\$ 54 em 31 de dezembro de 2019);
- 8.4. Taxa de administração a receber: PSA Fundágua R\$ 543; Fundo Reconstrução - ES R\$ 226; Fundo de Aval Bandes R\$ 50.

NOTA 9 - OUTROS ATIVOS

	06.2020	12.2019
Outros valores e bens (9.1)	24.702	17.422
Despesas antecipadas (9.2)	56	373
Pagamentos a ressarcir (9.3)	848	1.016
Total	25.606	18.811

9.1. Outros valores e bens (bens não de uso próprio)

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	06.2020	12.2019
Imóveis não de Uso Próprio	37.315	30.450
Máquinas e equipamentos	4	4
Bens Não de Uso	37.319	30.454
Provisão para desvalorização	(12.617)	(13.032)
Total	24.702	17.422

9.2. Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros.

9.3. Pagamentos a ressarcir

O total apresentado no grupo Pagamentos a Ressarcir R\$ 848 (R\$ 1.016 em 31 de dezembro de 2019) é resultante de R\$ 2.322 (R\$ 2.478 em 31 de dezembro de 2019) deduzidos da provisão para perdas sem característica de concessão de crédito R\$ 1.473 (R\$ 1.473 em 31 de dezembro de 2019). No grupo destacam-se Fundo de Crédito Rural Diferenciado R\$ 1.269 (R\$ 1.269 em 31 de dezembro de 2019) e Recomposição de saldo de operações com BNDES R\$ 733 (R\$ 734 em 31 de dezembro de 2019)

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
Provisão para Perdas (10.2)	(37)	(37)
Total	38	38

- 10.1. Composição: R\$ 38 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2019) Certificados de Investimento - FINOR, R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019) Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL.
- 10.2. O título Provisão para Perdas é composto de: R\$ 36 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2019) relacionadas à Provisão para Perdas em Incentivos Fiscais FINOR.

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Custo	Depreciação	Líquido	
			06.2020	12.2019
Terrenos	185	-	185	189
Edificações	3.811	(3.574)	237	274
Móveis e máquinas	2.721	(2.437)	284	331
Aparelhos e sistema de comunicação	424	(314)	110	111
Equipamentos de informática	6.683	(6.230)	453	555
Sistema de segurança	191	(176)	15	22
Total	14.015	(12.731)	1.284	1.482

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	R\$ mil			
	Custo	Amortização	Líquido	
			06.2020	12.2019
Aquisição de Software	5.687	(4.317)	1.370	1.202
Modernização SISBANDES	45.019	(38.507)	6.512	6.222
BI - Consultas	46	(46)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	1.314	(723)	591	480
Aplicativo para Celulares	39	(10)	29	24
Total	52.613	(44.111)	8.502	7.928

NOTA 13 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(12.731)	(12.584)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(44.111)	(43.648)
Total	(56.842)	(56.232)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

	R\$ mil				
Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BNDES	57.425	101.404	158.829	291.110	449.939
Outras Inst. Oficiais	6.635	22.097	28.732	67.812	96.544
06.2020	64.060	123.501	187.561	358.922	546.483
12.2019	88.335	107.660	195.995	397.215	593.210

NOTA 15 - OUTROS CLIENTES

Compõem-se de "Depósitos à Vista" e "Depósitos a Prazo", com prazo de vencimento de até 30 dias, originados, principalmente, de cauções de operações efetuadas com recursos FUNDAP.

	R\$ mil	
Depósitos	06.2020	12.2019
À vista	8.594	8.862
A prazo	101.969	18.780
Total	110.583	27.642

NOTA 16 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
Fundos financeiros e de desenvolvimento (16.1)	195.681	217.816
Dotação para aumento de capital (16.2)	4	20.151
Total	195.685	237.967

16.1. Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 195.681 (R\$ 217.816 em 31 de dezembro de 2019).

	R\$ mil	
	06.2020	12.2020
FUNDAP	1.012	1.012
FUNDES	57.848	84.437
FUNCITEC	46.227	43.127
FUNDÁGUA	51	39
FUNDEPAR-ES	21.414	22.935
FUNSAF	3	1.760
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16	1.998	7.387
FUNDESUL	3.028	2.930
FUNDO RENOVA	8.929	7.243
FUNDESUL - PK	46.476	46.946
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	8.695	-
Total	195.681	217.816

16.2. Dotação para aumento de capital

No semestre, foram transferidos R\$ 20.151 do grupo passivo dotação para aumento de capital para o grupo do patrimônio líquido, subgrupo aumento de capital social. O total é composto de R\$ 20.147 retidos do acionista Estado do Espírito Santo, R\$ 20.147, referentes juros sobre capital próprio - JCP do exercício social de 2018, quitados conforme Estatuto Social BANDES, e de R\$ 4 referentes aportes de acionistas minoritários.

NOTA 17 - PROVISÕES

	R\$ mil	
Contingências	06.2020	12.2019
Ações administrativas e judiciais (17.1)	13.855	13.084
Provisão para multas por inadimplência técnica (17.2)	4.734	4.734
Total	18.589	17.818

17.1. Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável - são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

	R\$ mil	
Ações com Risco Provável	06.2020	12.2019
Cíveis	9.995	9.442
Trabalhistas	3.860	3.642
Total	13.855	13.084

- Risco Possível e Remoto - não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

	R\$ mil	
Ações com Risco Possível e Remoto	06.2020	12.2019
Cíveis	26.465	25.307
Trabalhistas	434	434
Fiscais	-	24.937
Total	26.899	50.678

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	R\$ mil		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/07/2019	1.931	2.747	4.678
Atualização Monetária / Constituições	8.115	1.007	9.122
Reversões / Pagamentos	(604)	(112)	(716)
Saldo em 31/12/2019	9.442	3.642	13.084
Saldo em 01/01/2020	9.442	3.642	13.084
Atualização Monetária / Constituições	854	218	1.072
Reversões / Pagamentos	(301)	-	(301)
Saldo em 30/06/2020	9.995	3.860	13.855

17.2. Provisão para multas por inadimplência técnica

Provisão constituída em virtude da decretação de situação de inadimplência técnica de clientes em situação irregular quanto à aplicação dos recursos contratados junto a órgãos repassadores. O banco efetuará o pagamento das multas aos repassadores de recursos, e adotará as medidas cabíveis para se ressarcir junto a clientes que deram causa à situação de inadimplência técnica R\$ 4.734 (R\$ 4.734 em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 18 - OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
Fiscais e previdenciárias (18.1)	3.024	4.380
Provisão para pagamentos a efetuar	3.966	4.039
Credores diversos (18.2)	27.146	9.452
Sociais e estatutárias	689	698
Total	34.825	18.569

18.1. Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (a)	331	409
Impostos e contribuições s/ salários	862	1.136
Parcelamento de impostos (b)	833	1.060
Impostos e contribuições a recolher (c)	195	646
Passivo fiscal diferido (d)	803	1.129
Total	3.024	4.380

a) PIS, COFINS e ISS mensal a recolher de junho/2020;

b) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014;

c) Impostos retidos na fonte de terceiros em junho/2020;

d) IR R\$ 446 (R\$ 706 em 31 de dezembro de 2019) e CSLL R\$ 357 (R\$ 423 em 31 de dezembro de 2019) correspondente ao efeito líquido de tributos no PL proveniente do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários conforme Circular BACEN nº 3.068/01. No período de dezembro de 2019 os passivos diferidos foram reconhecidos à alíquota de 15% de CSLL. Em junho de 2020 a alíquota da CSLL foi alterada de 15% para 20%. (Nota 3.k).

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social:

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	11.783	(136.462)
Juros sobre capital próprio	-	-
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	428	12.991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.573	147.907
Perdas efetivas de créditos	(30.690)	(57.123)
Outros	(336)	10.883
Despesas não dedutíveis	99	101
Base de Cálculo	(14.143)	(21.703)
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%.

a.2) Ativo fiscal diferido não ativado

A administração optou por não reconhecer contabilmente ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa no semestre, em razão da situação de prejuízo fiscal verificada no período, e também, da incerteza da previsão de sua realização no prazo requerido pela norma.

	R\$ mil	
	06.2020	12.2019
Prejuízo fiscal/ Base negativa	21.703	21.703
Diferenças temporárias	275.236	301.261
IR	74.235	80.741
CSLL	59.388	48.445
Total do ativo fiscal diferido não ativado	133.623	129.186

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%

18.2. Credores diversos

Na composição da rubrica "Credores diversos" R\$ 27.146 (R\$ 9.452 em 31 de dezembro de 2019) destacam-se: R\$ 999 (R\$ 724 em 31 de dezembro de 2019) referentes às deduções das liberações FUNDAP para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012; R\$ 2.869 (R\$ 3.443 em 31 de dezembro de 2019) referentes à recomposição de obrigações por refinanciamento de dívidas com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; R\$ 16.281 (R\$ 3.760 em 31 de dezembro de 2019) referentes ordens de liberações FUNGETUR; e R\$ 2.000 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2019) referentes ordens de liberações FUNCAFÉ.

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado totaliza R\$ 419.219, e está representado conforme composição abaixo, em quantidade de ações:

	06.2020	12.2019
Ações Ordinárias	19.883.589.975	18.257.516.094
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823	18.018.878.942
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	9.836.733.806	9.032.288.736
Classe "A"	3.113.456.237	2.858.838.741
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627	2.200.073.131
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569	6.173.449.995
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103	2.597.922.529
- Demais Acionistas	3.575.941.466	3.575.527.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781	27.289.804.830
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferenciais - classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043	26.488.268.092

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

O valor patrimonial das ações em 30 de junho de 2020 é de R\$ 0,008291.

19.2. Aumento de capital social

No semestre, foi aprovado e homologado pelo Conselho de Administração, nas datas de 25/03/2020 e 27/05/2020, processo de aumento de capital social no montante de R\$ 20.151, constituído de aportes do acionista controlador Estado do Espírito Santo R\$ 20.147, e de acionistas minoritários R\$ 4. O processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 1º de setembro de 2020.

19.3. Reservas de capital

As Reservas de capital registram R\$ 11.639 (R\$ 11.639 em 31 de dezembro de 2019) provenientes de permuta de instrumentos patrimoniais com o Fundo de De-

envolvimento do Espírito Santo - FUNDES realizada no exercício social de 2018, com fundamento na Resolução FUNDES nº 06/2016, de 26 de junho de 2016.

19.4. Reserva legal

É constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 67, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. Em cumprimento ao §3º do artigo 66 do Estatuto Social, o saldo da reserva legal existente em 31/12/2018 foi utilizado para absorção de parte do prejuízo líquido apresentado no referido exercício social.

19.5. Reserva estatutária / Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III, do artigo 67, do Estatuto Social, a "Reserva para margem operacional" tem por objetivos assegurar adequadas condições operacionais e reforçar o capital social e de giro do BANDES. É constituída a base do lucro líquido remanescente e está limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social. O saldo existente na referida reserva foi utilizado, conforme §3º do artigo 66 do Estatuto Social, para absorção de parte do prejuízo do exercício social de 2018.

19.6. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial R\$ 983 (R\$ 1.694 em 31 de dezembro de 2019) tem origem na reclassificação ao término do semestre, de parcela de títulos e valores mobiliários, da categoria "mantidos até o vencimento" para a categoria "disponíveis para venda". O total representa o acréscimo correspondente ao ajuste ao valor de mercado dos títulos reclassificados, líquido dos efeitos tributários, conforme nota 6.a.

19.7. Lucros ou prejuízos acumulados

O título apresenta prejuízos acumulados de R\$ 187.071, resultante do prejuízo de R\$ 198.855 apurado em 31 de dezembro de 2019, mais adição do lucro líquido de R\$ 11.783 desse 1º semestre de 2020.

19.8. Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077, sob a rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, correspondentes a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 20 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social.

No primeiro semestre de 2020, as despesas com remuneração totalizaram R\$ 1.240 (R\$ 987 em 30 de junho de 2019).

NOTA 21 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

O total dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, atingiu 482.268 (R\$ 485.704 em 31 de dezembro de 2019).

	R\$ mil	
	Patrimônio Líquido	
	06.2020	12.2019
FUNDES	194.033	196.032
FUNDAP	34.947	50.857
FUNDEPAR-ES	148.360	148.561
FUNDESUL	5.072	5.030
FUNDESUL PK	52.015	51.677
FUNDO RENOV	12.892	10.644
FGP-ES	19.812	20.143
FUNSAF	3	1.760
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	15.134	-
TOTAL	482.268	485.704

**NOTA 22 - OPERAÇÕES DE FUNDOS
FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

Conforme estabelecido em normas específicas, o BANDES auferir receitas pela prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento e remunera as obrigações referentes aos recursos não alocados.

R\$ mil

Fundos	Rendas de Administração		Despesas sobre Disponibilidades de Recursos	
	06.2020	06.2019	06.2020	06.2019
FUNDES (1)	2.042	1.951	(1.102)	(1.432)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	226	-	(99)	-
FUNDEPAR-ES (3)	1.559	1.560	(316)	(700)
FUNCITEC (4)	-	-	(1.043)	(1.057)
FUNDAGUA (5)	-	-	(1)	(1)
PSA FUNDÁGUA (6)	543	679	(67)	(490)
FUNSAF (7)	18	-	(6)	(8)
FUNDESUL (8)	53	52	(42)	(57)
FUNDO RENOVA (9)	-	-	(165)	(121)
FUNDESUL PK (10)	363	354	(656)	(1.085)
FUNDO DE AVAL BANDES (11)	50	-	-	-
TOTAL	4.854	4.596	(3.497)	(4.951)

Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos
(1)	2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(2)	0,5% calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(3)	2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(4)	Recursos não remunerados.	Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
(5)	3% sobre o ingresso de recurso no fundo.	100% do rendimento diário do CDI.
(6)	10% sobre as liberações efetuadas no mês.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(7)	1% sobre as liberações efetuadas no mês.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(8)	2,1% sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(9)	Não aplicável.	IPCA defasado de 02 (dois) meses.
(10)	1,4% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do mês anterior.	Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(11)	0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos.	Não aplicável.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERCÍ e Auditoria Interna – AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERCÍ, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a autoavaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais – definido como perdas potenciais devido às mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BanDES será mista, havendo “Títulos Mantidos até o Vencimento” e “Títulos disponíveis para a venda”.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERCÍ e Auditoria Interna – AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (*Value at Risk*) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERCÍ, Comitê de Crédito – COCRE, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERCÍ, Gerência Financeira – GEFIN e Auditoria Interna – AUDIT.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERCÍ, Gerência de Controladoria – GECON e Gerência de Planejamento e Processos – GEPLA.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

**NOTA 28 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE
(EFEITO NA VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO)**

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular BACEN nº 3.959/19, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na Carteira *Banking*, uma vez que não possui carteira *trading*. Abaixo, estão demonstrados os fatores de riscos e possíveis variações, que poderão ocorrer no valor de mercado da carteira de crédito e em quanto seria necessário para afetar o patrimônio de referência - PR.

Fator de Risco Associado	Capital alocável por fator de risco	Variação no Valor de Mercado das operações		Quantidades de pontos percentuais paralelos para impactar o PR		
		1º Percentil	99º Percentil	1º Cenário 5%	2º Cenário 10%	3º Cenário 20%
Juros-Pré	11.537	569	(512)	4	8	18
Cupom de Taxas de Juros - TJLP	1.110	63	(56)	53	865	-
SELIC	3.653	326	(283)	6	13	36

NOTA 29 - OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

b) Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

	R\$ mil	
	06.2020	06.2019
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	798	475
FUNDAP	54	23
FUNDEPAR	1.739	1.560
FUNDES	2.042	1.952
FUNDESUL	81	107
FUNDESUL-PK	417	372
FUNSAF	18	1
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	226	-
PSA FUNDÁGUA	543	679
OUTRAS	99	64
Total	6.017	5.243

c) Despesas de Pessoal

	R\$ mil	
	06.2020	06.2019
Honorários	(1.240)	(988)
Benefícios*	(3.592)	(3.902)
Encargos sociais	(3.472)	(4.585)
Proventos	(8.875)	(9.739)
Treinamento	(16)	(171)
Bolsa auxílio estágio	(552)	(755)
Total	(17.747)	(20.140)

* Incluem plano de previdência complementar do tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL) com custeio paritário entre participante e patrocinador.

d) Outras despesas administrativas

	R\$ mil	
	06.2020	06.2019
Água, energia e gás	(335)	(410)
Aluguéis	(16)	(23)
Comunicações	(57)	(238)
Manutenção e conservação de bens	(499)	(587)
Material	(15)	(22)
Processamento de dados	(460)	(998)
Promoções/Relações públicas	(24)	(150)
Propaganda e publicidade	(3)	(1)
Publicações legais	(67)	(88)
Seguros	(4)	(3)
Serviços de vigilância	(168)	(163)
Serviços do Sistema Financeiro	(295)	(380)
Serviços de terceiros	(107)	(168)
Serviços técnicos especializados	(810)	(1.520)
Transportes	(66)	(77)
Viagem no país/exterior	(64)	(197)
Despesas com processos judiciais	(376)	(759)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(181)	(597)
Amortização e depreciação	(665)	(641)
Total	(4.212)	(7.022)

e) Despesas tributárias

	R\$ mil	
	06.2020	06.2019
PIS	(239)	(291)
COFINS	(1.473)	(1.788)
ISSQN	(365)	(299)
IPTU, Taxas	(43)	(34)
Total	(2.120)	(2.412)

f) Outras receitas operacionais

	R\$ mil	
	06.2020	06.2019
Recuperações de encargos e despesas	1.088	607
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV	645	1.238
Atualização monetária equalização juros BNDES/Pronaf	-	331
Atualização Selic s/ tributos a compensar	62	231
Atualização depósitos judiciais	33	91
Outras rendas operacionais	590	232
Total	2.418	2.730

g) Outras despesas operacionais

	R\$ mil	
	06.2020	06.2019
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.072)	(3.211)
Provisão para indenizações trabalhistas PDV	(1)	(57)
Outras despesas operacionais	(102)	(3)
Despesas com utilização SISBACEN	(8)	(12)
Total	(1.183)	(3.283)

h) Resultado não operacional

	R\$ mil	
	06.2020	06.2019
Resultado na alienação de valores e bens	(490)	148
Reversão de provisões de outros valores e bens	698	-
Outras rendas não operacionais	194	229
Desvalorização de outros valores e bens	(368)	(789)
Perdas em ações e cotas*	(78)	(144)
Despesas com bens não de uso	(117)	(207)
Total	(161)	(763)

* Provisão para desvalorização de cotas do Fundo CRIATEC 3 – FIP (Nota 6) e Reversão de perdas em contas Finor (Nota 10).

i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, em 30 de junho de 2020, foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	18,28%	8,00%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	18,28%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	18,28%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

j) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

k) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

l) Efeitos COVID-19

A Instituição não identificou impactos nas demonstrações contábeis do primeiro semestre de 2020 causados especificamente pelo “COVID-19”, todavia tem monitorado atentamente impactos potenciais nos resultados no decorrer de 2020. E com fundamento nas melhores informações disponíveis, estuda medidas para minimizá-los, notadamente:

- Em provisionamento de operações de crédito que pode ocorrer com o aumento da inadimplência, com a adoção dos critérios previstos na Resolução CMN nº 4.782, de 16/03/2020, que trata do gerenciamento do risco de crédito;
- De variações na Taxa Selic, que pode sensibilizar negativamente as receitas financeiras e taxas de juros das operações;
- Diminuição em disponibilidades financeiras, pelo decréscimo no recebimento de prestações de financiamentos;

• No suprimento de capital de giro para sustentar atividades econômicas básicas e dar fôlego financeiro aos clientes neste período conturbado;

• Na redução do volume de novos negócios provocada pela desaceleração da atividade econômica em geral;

• Ações direcionadas a setores mais impactados pela evolução da pandemia.

Além disso, o banco tem adotado medidas preventivas para que sejam evitadas contaminações durante a jornada de trabalho de colaboradores, tais como: Aferição de temperatura corporal, distanciamento social, higienização frequente de equipamentos e *Home Office*.

m) Pronunciamentos Técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/2015
41	Resultado por ações	3.959/2019
46	Mensuração do Valor Justo	4.748/2019

A Administração esclarece que a Instituição não está sujeita a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), por não se enquadrar nas disposições do artigo 10 da Resolução CMN nº 3.198/04. O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Pires Dias – Presidente
 Maurício César Duque – Vice-Presidente
 Geraldo Lorencini
 Orlando Caliman
 Leonardo Galazzi Zanotelli

Paulo César Brusqui de Almeida
 Domingos Sávio Benincá

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo
 Flávia Fardim Antunes Bringham
 Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Rogério Pegoretti Caetano Amorim
 Alberto Farias Gavini Neto
 Mário Stella Cassa Louzada

DIRETORIA EXECUTIVA

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE Diretor-Presidente
IRANILSON CASADO PONTES Diretor de Administração e Finanças
MARIA EMÍLIA VIEIRA DA SILVA Diretora Operacional
LUÍZ FERNANDO C. DE MELLO LEITÃO Diretor de Negócios

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
 Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas e aos Administradores do
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES
Vitória — ES**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES ("BANDES")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES** em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **BANDES**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Mudança na apresentação das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, letra "c", às demonstrações contábeis, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BCB nº 3.959/2019 foram incluídas nas Demonstrações Contábeis do **BANDES**. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, destacadas a seguir: (a) as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme artigo 5º da Circular BACEN nº 3.959/2019, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário; (b) os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o mesmo semestre do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e (c) inclusão da demonstração do resultado abrangente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Aumento de capital social – em processo de aprovação pelo BCB

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 19, letra "b", às demonstrações contábeis, de que no semestre foi aprovado e homologado pelo Conselho de Administração, nas datas de 25/3/2020 e 27/5/2020, processo de aumento de capital social no montante de R\$ 20.151, constituído de aportes do acionista controlador Estado do Espírito Santo, no montante de R\$ 20.147, e de acionistas minoritários no valor de R\$ 4. O processo está em fase de aprovação do Banco Central do Brasil - BCB. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do **BANDES** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do **BANDES** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **BANDES** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **BANDES** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **BANDES** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **BANDES**;

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **BANDES**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **BANDES** a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de setembro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC/RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC/RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico